



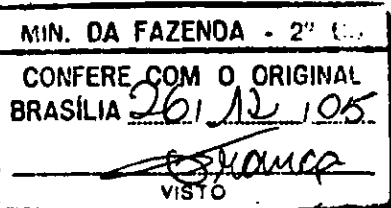
Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 02/06/06
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13608.000126/2001-86
Recurso nº : 128.561
Acórdão nº : 204-00.634

Recorrente : MAROCA E RUSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG



IPI. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Descabe a atualização monetária dos créditos escriturais de IPI, no período transcorrido entre a data do seu registro no livro de apuração e a data do pedido administrativo de ressarcimento/compensação, por absoluta falta de previsão legal. Igualmente descabida é a incidência de juros calculados à taxa Selic, uma vez que, neste caso, nenhum valor adentrou indevidamente os cofres da União, não havendo, por conseguinte que se falar em mora.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MAROCA E RUSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Sandra Barbon Lewis e Adriene Maria de Miranda votaram pelas conclusões.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2005.

Henrique Pinheiro Torres
Presidente

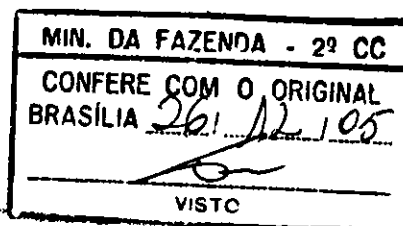
Júlio César Alves Ramos
Relator

Participou, ainda, do presente julgamento a Conselheira Nayra Bastos Manatta.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13608.000126/2001-86
Recurso nº : 128.561
Acórdão nº : 204-00.634



2ª CC-MF
Fl. _____

Recorrente : MAROCA E RUSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos de que trata o processo, adoto o voto da decisão recorrida que passo a transcrever.

Trata a presente lide de deferimento parcial do pedido de ressarcimento de fls. 01, cumulado com os pedidos de compensação de fls. 30/31, referente a créditos nas aquisições de insumos isentos, não-tributados ou tributados à alíquota zero, realizadas no 4º trimestre do ano-calendário de 2000. Requeru a contribuinte o montante de R\$20.070,82, alegando amparo legal no artigo 11 da Lei nº 9.779, de 1999.

Consoante o exposto no Parecer Sefis 13/2004, às fls. 33/36, o Delegado da Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte deferiu parcialmente o pedido de ressarcimento de fl. 01, reconhecendo à contribuinte o saldo credor de R\$6.127,73, conforme apurado à fl. 37. Conseqüentemente, as compensações pleiteadas pela contribuinte foram também parcialmente homologadas.

O auditor fiscal - encarregado de proceder às verificações necessárias à análise do presente pleito - constatou que a contribuinte, em flagrante desobediência ao artigo 2º, § 3º, da IN SRF nº 33, de 04/03/1999, no período de outubro de 2000 a dezembro de 2001, não procedeu ao devido estorno do crédito do IPI relativo aos insumos (MP, PI e ME), empregados na industrialização de produtos não-tributados, no Livro Registro de Apuração do IPI, majorando, sobremaneira, o saldo credor acumulado a cada trimestre. Sendo assim, o auditor fiscal elaborou, à fl. 37, o demonstrativo de apuração dos valores dos créditos de IPI a serem anulados, mediante estorno na escrita fiscal, pela segregação dos créditos conforme a sua natureza - se utilizados em produtos com alíquota zero ou não-tributados - em função das respectivas receitas de vendas, conforme o disposto no artigo 3º da IN SRF nº 33, de 04/03/1999. Chegou-se, assim, ao crédito de R\$6.127,73.

Regularmente notificada, a requerente apresenta manifestação de inconformidade de fls. 45/47, com a anexação, às fls. 48/51, da planilha com o demonstrativo dos créditos mensais, da correção pela Taxa Selic e do resumo da compensação efetuada, e ainda do saldo a compensar futuro. Nos parágrafos reproduzidos a seguir consigna os motivos que resumem a sua argumentação:

"(...) tendo solicitado o ressarcimento da importância correspondente ao crédito incentivado do IPI, apurado de acordo com a legislação em vigor, e a compensação com tributos e contribuições diferentes, previstos na legislação, tendo apresentado à fiscalização todos os livros e documentos solicitados, referente ao período, vem (...) manifestar sua inconformidade contra o não-reconhecimento de seu direito creditório, cujo valor deferido não foi devidamente corrigido pela Taxa Selic, conforme determina a Lei nº 9.065/95, requerendo como segue:

(...)

Os valores foram objeto de pedido de ressarcimento nos meses de dezembro de 2001 e janeiro de 2002, referente a créditos de 1999, 2000 e 2001, pelos valores originais, sendo portanto devida a atualização monetária com base na Taxa Selic.

A compensação deverá ser efetuada de forma ordenada e crescente, fato que não foi observado pelo fiscal, fazendo o lançamento dos valores a compensar de forma

11/02/05



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13608.000126/2001-86
Recurso nº : 128.561
Acórdão nº : 204-00.634

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL BRÁSILIA 26/12/06
VISTO

2º CC-MF
Fl.

alternada, o que resulta em prejuízo para o contribuinte, deixando ainda de considerar a atualização pela Selic."

A contribuinte prossegue tecendo considerações a respeito de compensações e/ou créditos solicitados nos processos 13608.000105/2002-41; 13608.000201/2002-90; 13608.000121/2001-53; 13608.000123/2001-42; 13608.000124/2001-97; 13608.000125/2001-31; 13608.000012/2002-17 e 10680.012033/2002-14. O valor original do IPI a ressarcir, aduz a contestante, comporta o valor compensado que processado anula a multa e os juros calculados indevidamente quando da efetivação das compensações efetuadas pelo auditor fiscal. Portanto, segundo os demonstrativos de fls. 50/53, se acrescida a atualização monetária aos saldos credores da matriz e da filial, desde janeiro de 1999, deduzidas as compensações efetuadas, restaria um saldo credor, referente à atualização, em janeiro de 2002, de R\$67.028,05 (fl. 50).

Finaliza a manifestante, requerendo a revisão dos cálculos, com a conseqüente atualização monetária dos créditos de IPI, e com a eliminação da cobrança indevida de supostos débitos.

É o relatório.

Julgada em, 30 de setembro de 2004, a manifestação de inconformidade da empresa não foi acolhida, tendo a DRJ em Juiz de Fora - MG proferido Decisão de nº 8.267, com a seguinte ementa:

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/10/2000 a 31/12/2000

Ementa: RESSARCIMENTO DE SALDO CREDOR ESCRITURAL DE IPI - LEI N.º 9.779/1999. INCIDÊNCIA DE JUROS SELIC. Sobre o ressarcimento de saldo credor de IPI, seja ele concedido em espécie ou utilizado na compensação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, não incidirão juros equivalentes à taxa referencial Selic, por falta de previsão legal que autorize tal acréscimo.

Solicitação Indeferida

Inconformada com tal decisão recorreu a empresa, rerepresentando, em essência, a este Conselho, as mesmas razões aduzidas em sua manifestação de inconformidade, as quais, em seu entender dariam razão à correção monetária pretendida.

É o relatório.

123



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MIN. DA FAZENDA - 2ª CC
CONFERE COM O ORIGINAL BRASÍLIA 20/12/05
VISTO

2ª CC-MF
Fl.

Processo nº : 13608.000126/2001-86
Recurso nº : 128.561
Acórdão nº : 204-00.634

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS

A matéria já foi reiteradamente submetida a este colegiado, tendo sempre me manifestado pela sua improcedência, adotando para tanto voto do ilustre presidente, que mais uma vez peço vênia para transcrever.

Aduzo complementarmente, dada a jurisprudência que se vem estabelecendo nesta câmara no sentido de reconhecer o direito à correção a partir data da protocolização do pedido e até a sua concessão, que não é este o pleito do contribuinte. Deseja ele que os créditos sejam corrigidos desde o momento de sua escrituração fiscal até a protocolização do pedido administrativo.

Ora, sabemos todos que a figura da correção monetária foi banida do nosso ordenamento jurídico com a estabilização monetária promovida pelo plano real. Tal banimento ficou expresso em lei não revogada até o presente momento. Mesmo antes dele, inexistia previsão legal para correção monetária dos créditos escriturais, matéria já sobejamente analisada pelo Poder Judiciário.

Após a extinção da correção monetária, passou a União a reconhecer a incidência de juros moratórios, calculados à taxa Selic, sobre os direitos de crédito do contribuinte correspondentes a valores que tenham indevidamente ingressado nos cofres do sujeito ativo. É fundamental ressaltar essa justificativa que, além de decorrer do princípio da isonomia, uma vez que os mesmos juros incidem sobre os pagamentos em atraso, visa a afastar o argumento, em meu entender legítimo, de enriquecimento ilícito do ente ativo da relação tributária a quem, em última instância, cabe deferir ou não o direito do contribuinte. Assim, protelando-o poderia beneficiar-se pela disponibilidade dos recursos.

Ora, só por esse motivo já se pode ver que nenhuma razão assiste aos contribuintes que pretendem que os seus créditos de IPI sejam corrigidos até o momento da protocolização do seu pedido administrativo de ressarcimento. É que até aí nenhum valor adentrou indevidamente os cofres da União, isto é, o saldo credor que se pretende ressarcir ou compensar resulta da aplicação correta da legislação quando das aquisições praticadas.

Em se tratando de pedido de compensação, ainda mais absurdo resulta o pleito. É que se o débito tributário que se pretende compensar já se encontra vencido na data da protocolização, é esta data que é tomada como referência para a incidência de juros. Disso decorre que apenas a mora do contribuinte é "penalizada", cessando, entretanto, logo que ele entra com o seu pedido.

Se se trata de débitos vincendos, a compensação é feita na data do vencimento, não incidindo, por conseguinte, qualquer acréscimo, já que não há mora de nenhuma das partes.

Acresce a isso o fato de que a protocolização pode-se dar logo após o final do trimestre em que o contribuinte apurou saldo credor. Por exemplo, no caso presente, nada obstava a empresa a pleiteá-la ainda em 1999; se protelou o pedido até 2001, não há justificativa para que pretenda ser compensada pelo seu "cochilo". Nesse sentido, apenas caberia o argumento de que o retardamento exigido pela lei poderia ter prejudicado a empresa que já possuísse tributo compensável antes do final do trimestre. Nada há que o julgador possa aqui fazer, dado que assim a lei estabeleceu.

 4



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13608.000126/2001-86
Recurso nº : 128.561
Acórdão nº : 204-00.634

MIN. DA FAZENDA - 2ª CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRÁSILIA 26: 12 105
VISTO

2ª CC-MF
Fl.

Forte nessas razões, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2005.


JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS